

# Por que o sistema financeiro tornou-se tão poderoso?



Luiz Carlos Bresser-Pereira\*

**P**or que o sistema financeiro tornou-se tão poderoso politicamente nos últimos 50 anos? Não apenas no Brasil; em todo o mundo capitalista. Por que os macroeconomistas que trabalham nos bancos e em outras instituições financeiras são hoje muito mais chamados a opinar do que antes? Por que o peso da opinião dos principais banqueiros e dirigentes de fundos de investimento é hoje substancialmente maior do que era nos anos 1950? Por que os governos devem hoje ser mais cuidadosos do que antes em regular e, mais amplamente, relacionar-se com o sistema financeiro?

Antes de tentar responder a esta questão preciso justificá-la, porque certamente haverá aqueles que dirão que a pergunta está errada: que o sistema financeiro sempre foi politicamente poderoso. Suponho, porém, que a maioria das pessoas que partilharem dessa opinião serão jovens, e não tiveram a experiência de um setor financeiro menos poderoso.

Certamente será possível obter evidências mais fortes para o que estou afirmando do que as da memória dos mais velhos. Uma consulta sistemática aos jornais de hoje e de 50 anos atrás certamente comprovaria minha hipótese. Aqui, apresento apenas dois fatos a favor dela. Quem ler os discursos do presidente Franklin Delano Roosevelt nos anos 1930 ficará impressionado com a violência da sua crítica ao sistema e a seus dirigentes. E, no entanto, ele continuou a ser reeleito. Por outro lado, aqui

no Brasil, em 2012, depois de haver logrado baixar a taxa de juros básica do Banco Central no ano anterior e enquanto ainda gozava de índice de popularidade muito alto, a presidente Dilma Rousseff voltou-se diretamente contra os bancos, criticando-os por suas altas margens e por não financiarem adequadamente as empresas. Nesse mesmo ano a presidente viu os empresários industriais abandonarem o pacto político desenvolvimentista que ela e o ex-presidente Lula tanto buscaram, e no ano seguinte viu sua popularidade despencar. É claro que seu ataque ao sistema financeiro talvez não tenha sido a única, e nem a principal causa das grandes dificuldades que em seguida enfrentou, mas não tenho dúvida que esse ataque foi politicamente desavisado.

Outra evidência do novo poder do sistema financeiro é muito simples. Desde os anos 1950 até meados dos anos 1980, não havia qualquer dúvida que os empresários industriais eram a classe social mais importante politicamente no Brasil. Depois da grande Crise da Dívida Externa dos Anos 1980 e de haverem sido desconsiderados pelos governos neoliberais nos anos 1990, os industriais perderam essa posição para o sistema financeiro, e não a recuperaram nos anos do governo do PT.

Mas voltemos à questão do poder político do sistema financeiro. Há varias causas que são geralmente apresentadas para esse poder historicamente recente. A explicação mais geral é a de que o poder do sistema financeiro origina-se no fato de os bancos criarem dinheiro, e,

quando financiam investimentos, criarem capital. Sem dúvida, mas essa explicação não é um fato novo, e, para explicar um fato histórico novo, precisamos de outro fato histórico novo. O sistema financeiro sempre foi capaz de criar dinheiro. E também de criar capital, como Marx bem viu com seu conceito de capital fictício desenvolvido no terceiro volume de *O Capital*.

Uma segunda explicação: o surgimento do “capital financeiro”. Esse foi um conceito introduzido por Rudolf Hilferding em 1910, em seu clássico livro, *O Capital Financeiro*. Hilferding conceituou o capital financeiro de forma precisa, como a fusão do capital industrial com o capital bancário sob o comando do segundo. Era algo que se observara na Alemanha no último quartel do século XIX. Mas além de este também não ser um fato novo, ele afinal não se confirmou. A tendência ao controle da produção pelas finanças não progrediu nem mesmo na Alemanha.

Uma terceira explicação seria a financeirização, um fenômeno aparentemente mais recente. A adoção dessa expressão e a análise original do fenômeno foram realizadas por François Chesnais nos anos 1990. No Brasil, Luiz Gonzaga Belluzzo e Luciano Coutinho têm contribuições significativas para o tema. No quadro do sistema universitário anglo-saxão, o tema foi amplamente abordado em livro organizado por Gerald A. Epstein, de 2005. Mas o que é a financeirização? Uma forma simples de defini-la está em meu artigo de 2010 sobre a Crise Financeira Global de 2008: “é um

arranjo financeiro distorcido, baseado na criação de riqueza financeira artificial, ou seja, riqueza financeira desligada da riqueza real ou da produção de bens e serviços”, ou então, é o regime das inovações e das fraudes financeiras que facilitam a precificação descolada do valor dos ativos; é o aumento artificial dos ganhos dos capitalistas rentistas e dos financistas que administram a riqueza dos primeiros; é a atividade financeira que dá origem a crises financeiras, ou, nas palavras de Kindleberger, a manias, pânico e *crashes*. Trata-se, portanto, de um fenômeno econômico que teve um papel muito claro na crise de 2008, mas está muito longe de ser novo. Nova é a expressão, que talvez tenha surgido para dar conta do poder maior das finanças. Mas se for assim, a financeirização não é algo que explica esse poder, mas é o fenômeno que estamos procurando explicar.

Voltamos, assim, à estaca zero. Ou talvez não, porque descartamos explicações geralmente adotadas, e nos vemos na contingência de buscar outra explicação. Ofereço-a aqui. O poder político do sistema financeiro aumentou muito desde os anos 1950 porque, desde aproximadamente essa década, a política macroeconômica tornou-se extremamente importante para todos os países, e nenhum setor econômico tem maior conhecimento de macroeconomia do que esse sistema.

A macroeconomia e a política macroeconômica surgiram nos anos 1930, com John Maynard Keynes, e logo se transformaram em um extraordinário instrumento de política pública – de intervenção do Estado na economia. Mais ou menos na mesma época os bancos centrais estavam sendo criados, de forma que agora, além dos ministérios de finanças, os países passavam a contar com uma instituição orga-

nizacional adicional para realizar a política macroeconômica.

Hoje, ao lermos os jornais, temos a impressão de que a política macroeconômica está em toda parte e é de longe a política que produz os resultados mais importantes, tanto os bons quanto os maus resultados. Certamente há outras políticas públicas – a política de educação, de saúde, de previdência, de infraestrutura, microeconômicas – que atraem também a atenção. E o jogo político – o exercício da política – no país e a nível internacional continua felizmente a ser a atividade humana mais significativa para nossos destinos e, portanto, aquela que continua a ter a primazia do noticiário jornalístico. Mas logo em seguida à política, temos a política macroeconômica. Que parece ser capaz de resolver toda sorte de problemas – que garante ou não o crescimento econômico, a estabilidade financeira, a estabilidade de preços, e a própria distribuição de renda. O que é razoavelmente verdade em relação aos três primeiros pontos, e falso em relação ao quarto.

Dada a enorme importância assumida pela política macroeconômica, por que deduzir daí que essa é a principal causa do grande aumento do poder político do siste-

ma financeiro? Pela simples razão que o sistema financeiro deve empregar mais de 80% dos “macroeconomistas políticos” existentes nos países ricos e nos países de renda média como o Brasil, entendendo-se por macroeconomistas políticos não aqueles que têm mestrados ou doutorados nessa área, mas aqueles profissionais ou tecnoburocratas que conhecem razoavelmente a macroeconomia e participam de alguma forma do debate econômico público, nem tanto através de livros e *papers*, mas através de entrevistas, conversas e artigos de jornal. Os restantes 20% são os economistas universitários e os economistas contratados pela indústria, a agricultura e a mineração, e os serviços. Que, portanto, são muito poucos. É impressionante como o setor mais importante para o desenvolvimento de qualquer país – o da indústria e dos serviços tecnologicamente sofisticados – conta com poucos economistas.

As instituições financeiras não contratam esses profissionais para ter peso político. Elas os contratam porque precisam de macroeconomistas para administrar as tesourarias dessas instituições e para contribuir para a gestão da riqueza dos rentistas. O poder político

maior daí derivado não é planejado; é uma consequência não prevista, mas certamente bem-vinda. Para qualquer problema econômico que surja, os jornais precisam consultar a opinião de economistas, e quem eles consultam – quem está disponível para oferecer-lhes seu parecer? Os macroeconomistas do sistema financeiro, cuja verdade particular se transforma na “verdade geral”.

Não há nada de surpreendente no que estou afirmando. Há muito que não vivemos no mundo do capitalismo clássico, onde apenas a burguesia era a classe dominante. Vivemos no mundo do capitalismo tecnoburocrático, no qual capitalistas e profissionais partilham poder e privilégio. A lógica do sistema continua essencialmente capitalista – a lógica do lucro – mas para realizá-lo não basta capital que produz lucro; é cada vez maior a necessidade de mais conhecimento que, além de produzir lucro, produz salários e bônus elevados para gestores, em particular para aqueles que são também macroeconomistas políticos.

\* É economista e foi ministro da Fazenda (1987), ministro-chefe da Secretaria da Administração Federal (1995–1999) e ministro da Ciência e Tecnologia (1999).

## Referências

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. “A crise financeira global e depois. Um novo capitalismo?”, *Novos Estudos Cebrap* 86: 51-72, 2010.
- Chesnais, François. *La Mondialisation du Capital*. Paris: Syros, 1994.
- Chesnais, François. “A fisionomia das crises no capitalismo mundializado”, *Novos Estudos Cebrap*, nº.52, novembro: 21-25, 1998.
- Coutinho, Luciano e Luiz Gonzaga Belluzzo. “‘Financeirização’ da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas”, *Economia e Sociedade*, no. 11, dezembro 1998: 137-150.
- Epstein, Gerald A., org. *Financialization and the World Economy*. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.
- Hilferding, Rudolf. *El Capital Financiero*. Madrid: Editorial Tecnos, 1963. Edição original em alemão, 1910.
- Kindleberger, Charles P. *Manias, Panics, and Crashes*. Nova York: Basic Books, 1978.
- Marx, Karl. *O Capital* - Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. Edição original em alemão, póstuma, 1894.
- Roosevelt, Franklin D. *Comment J’Ai Vaincu la Crise*. Paris: Alternatives Économiques/Les Petits Matins, 2014. Trechos de discursos escolhidos por Christian Chavagneux.